

ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES

SOLIDARITY ECONOMY: CONCEPTS AND NORTEADOR PRINCIPLES

Kamila Soares Leal 1
Marilsa de Sá Rodrigues 2

Resumo: Os primeiros movimentos que culminariam no surgimento da Economia Solidária, datam do início do século XIX, na Europa, e sua chegada na América aconteceu a partir de 1980. Por ser um campo relativamente novo, o tema tem literatura escassa no Brasil, o que expressa uma dificuldade em sua conceituação. Partindo dessa temática, pretende-se com o presente trabalho conceituar a Economia Solidária, a partir da análise de sua evolução histórica, princípios e características. Para alcançar o objetivo do estudo, adotou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória, onde buscou-se explorar livros e periódicos que tratasse do tema, para então conseguir uma conceituação mais completa. Desta forma, o estudo conclui que Economia Solidária é um movimento social que propõe um modo de produção autogestionário, democrático e cooperativo, alternativo à economia tradicional, que tem por finalidade o desenvolvimento econômico, social e político, em detrimento da pura acumulação de capital, como bem exposto nos capítulos a seguir.

Palavras-chave: Autogestão; Cooperação; Economia Solidária.

Abstract: The first movements that would culminate in the emergence of Solidarity Economy, date from the beginning of the nineteenth century in Europe, and its arrival in America happened from 1980. Because it is a relatively new field, the subject has scarce literature in Brazil, which expresses a difficulty in its conceptualization. Starting from this theme, the present work intends to conceptualize the Solidary Economy, starting from the analysis of its historical evolution, principles and characteristics. In order to reach the objective of the study, a bibliographical and exploratory research was adopted, where it was tried to explore books and periodicals that deal with the subject, to reach a more complete conceptualization. Thus, the study concludes that Solidary Economy is a social movement that proposes a self-managed, democratic and cooperative way of production, alternative to the traditional economy, whose purpose is economic, social and political development, to the detriment of pure accumulation of capital, as well as explained in the following chapters.

Keywords: Self-management; Cooperation; Solidarity economy.

Mestranda em Desenvolvimento Regional – UNITAU; Bacharel em 1
Direito pela Faculdade do Bico do Papagaio - FABIC (2013), Especialista em
Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER
(2016) e em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Rio Sono (2015).
Advogada e Professora na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.
E-mail: kamila.ksl@hotmail.com

Graduação em Psicologia pela Faculdade Salesiana de Filosofia 2
Ciências e Letras (1975), Mestrado e Doutorado em Administração de
Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Professor assistente III
da Universidade de Taubaté. Coordenadora da linha de pesquisa em gestão
de recursos socioprodutivos. Líder do grupo de pesquisa em Planejamento,
Gestão e Desenvolvimento de Carreiras em âmbito Regional.

Introdução

A princípio, é possível afirmar que a Economia Solidária trata-se de um modo de produção alternativo ao capitalismo, ao mesmo tempo que se revela como um movimento social. Isto, porque não tem os resultados financeiros como único fim, mas por buscar, principalmente, um desenvolvimento humano, mantendo em harmonia o social, o político e o econômico.

No mesmo sentido, é possível afirmar que a Economia Solidária baseia-se no ideal de que “as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante” (PINHEIRO, 2013, p. 89). O mesmo autor disserta sob seu caráter de movimento social, ao abordar que a Economia Solidária “luta contra as consequências da desregulamentação econômica”.

Reiterando sua natureza social, ALVES *et al* (2016, p. 244) afirma que a “Economia Solidária se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores”. O conceito de Economia Solidária dado por ALEIXO (2015, p. 23) dispõe que ela se correlaciona com a economia social no sentido de “evitar a separação entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situa o aspecto essencial da Economia Solidária”.

Extrai-se das diversas conceituações apresentadas, e da literatura investigada, que o conceito de Economia Solidária tem múltiplos sentidos, podendo ser compreendido sob a perspectiva de programa, de movimento social ou de modelo econômico.

Com as poucas contribuições bibliográficas e divergentes concepções, já que é necessário compreender o conceito de Economia Solidária para implantá-la em um número de empreendimentos cada vez maior. Questiona-se dessa maneira, qual a definição de economia solidária, considerando o contexto brasileiro, partindo de aspectos históricos, características, princípios e concepções de autores modernos.

Compreender o fenômeno da economia solidária, em relação a seu conceito, características e fundamentos, permite a difusão desse modelo de economia, com potencial para provocar avanços no combate às desigualdades sociais.

Assim, pretende-se com o presente trabalho conceituar a economia solidária, a partir da análise de sua evolução histórica e suas características. Para tanto, o estudo buscou conhecer os aspectos históricos que contribuíram para o surgimento da economia solidária, identificar seus princípios, estabelecer as diferenças entre a Economia Solidária e a economia tradicional, para, por fim, construir uma definição de economia solidária.

Economia Solidária- Evolução Histórica

No início do século XIX a Europa experimentava as mudanças provocadas pela Primeira Revolução Industrial, momento marcado pelo surgimento da máquina a vapor, intensificação da atividade industrial, e expansão do mercado mundial. A Revolução Industrial também é marcada por grandes problemas sociais, como a substituição massiva de trabalho humano por maquinários, a exposição dos trabalhadores fabris a condições de trabalhos degradantes, e outros ao desemprego e a miserabilidade (COLLYER, 2015, p. 2).

Neste cenário, surge o primeiro traço da Economia Solidária sob o formato da Economia Social, nomeado por alguns como “associativismo pioneiro” (ALEIXO, 2015, p. 5). Este primeiro momento da Economia Social nasceu como reação à precariedade das condições de trabalho e demais efeitos sociais negativos do capitalismo. Surgiram, assim, várias iniciativas de associativismo, mutualismo e cooperativismo.

É possível citar como um dos momentos mais importantes, o surgimento das cooperativas *woenistas*. Robert Owen, proprietário de uma indústria têxtil, propôs a criação de empreendimentos cooperativos, como meio de superação das crises econômicas vivenciadas na primeira parte do século XIX. Suas ideias inspiraram a criação de várias cooperativas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos (LECHAT, 2002, p. 5).

A autora Noëlle Marie Paule Lechat (2002, p. 5-6) destaca outros momentos em que esse modelo de Economia Solidária começa a aparecer na Europa com a criação das sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção no período de 1830 a 1840; a criação das cooperativas agrícolas e de poupança (1873-1895) e o reconhecimento, pelo Governo

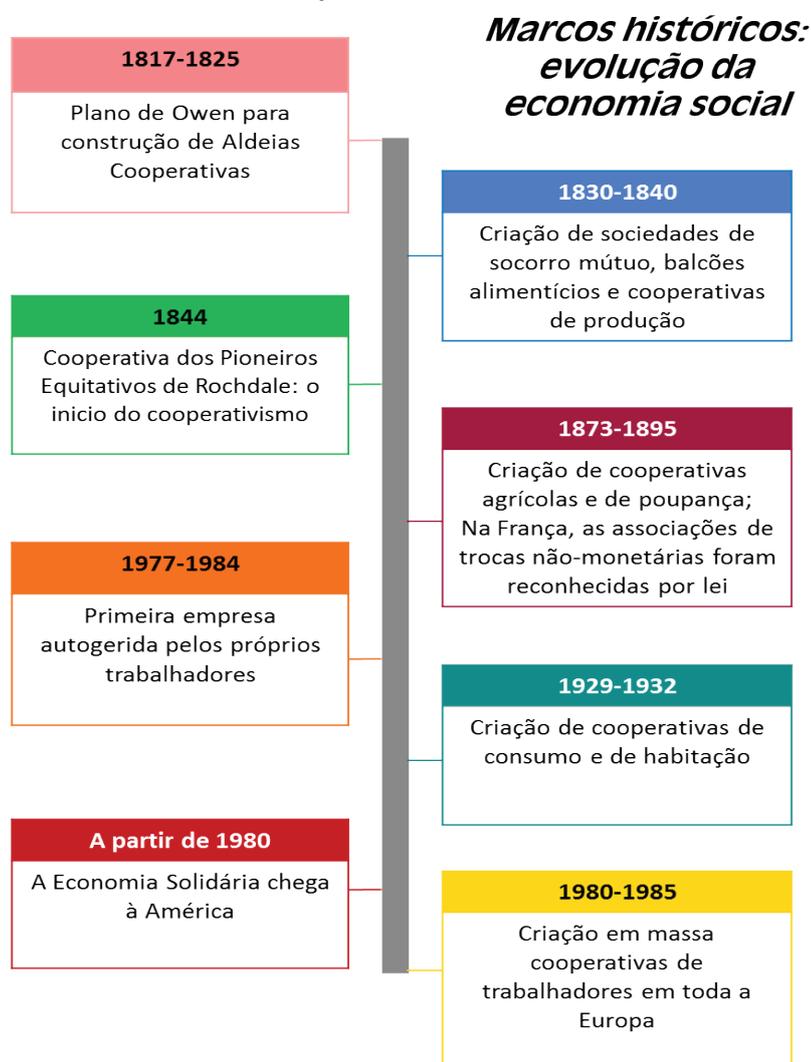
Francês, das associações de trocas não-monetárias no mesmo período; consta também, a criação de cooperativas de consumo e de habitação, como reflexo à Crise de 29; bem como o surgimento, no período de 1977 a 1984, de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores; e a criação em massa de cooperativas de trabalhadores em toda a Europa de 1980 a 1985.

A chegada da Economia Social à América é marcada pelo desenvolvimento da teoria econômica da autogestão, por Yaroslav Vaneck, na década de 80, e a partir de então, acontece sua difusão tanto na América do Norte como na América Latina (LECHAT, 2002, p. 6).

No Brasil, as crises vivenciadas no mesmo período, motivaram movimentos trabalhistas que se erguiam contra à exploração da mão-de-obra barata, influenciando também no aparecimento de empreendimentos solidários.

A figura 1 sintetiza os marcos da evolução da Economia Solidária ainda vista como Economia Social, de sua concepção Europeia à chegada à América do Norte e América Latina.

Figura 1: Marcos históricos: evolução da economia social



Fonte: Autor. Dados extraído de LECHAT, Noëlle Marie Paule, (2002); e SINGER, Paul. (2002)

Até à contemporaneidade, segue a discussão sobre a correta definição de Economia Social e Economia Solidária nos diversos contextos: Europa, América do Norte e América Latina. Mas, considerando os elementos da Economia Solidária, apresentado adiante, é preciso afirmar que sua origem no mundo remota à Europa, ainda que sob a ótica da Economia Social.

Princípios da Economia Solidária

Ao estudar os princípios da Economia Solidária, faz-se referência não apenas ao conjunto

de valores que norteiam esse modo de produção, mas também, aos ideais que vão inspirar e delinear o modo de funcionamento das organizações que compõem essa economia, isto é, são seus elementos constituidores, sem os quais não é possível caracterizar os empreendimentos solidários.

Apesar das divergências conceituais, como discutido acima, há na literatura pontos de convergência, o que permite elencar como seus princípios, a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a democracia.

Solidariedade

Primeiramente, é cabível ressaltar que a solidariedade, como princípio de Economia Solidária, especifica-se pela solidariedade democrática, não se confundindo com a filantrópica, da qual decorrem ações sociais de cunho caridoso, mas sim de uma solidariedade que pauta-se pela igualdade, pela reciprocidade, e pela necessidade de organização para produzir. Desta forma, denuncia-se o conceito de solidariedade dado por ALEIXO:

A solidariedade é uma construção social e a sua concepção atual, surgiu no já início do século XIX, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial, em que se assume que o mercado deve ser complementado e que essa complementaridade pode ser conseguida através da solidariedade democrática e da associação entre iguais, que só são possíveis existirem no ambiente atual de democracia. (2015, p. 26)

A experiência histórica revela como a solidariedade foi importante para a definição de Economia Solidária. As primeiras cooperativas valiam-se da solidariedade entre os cooperados como meio de garantir empréstimos de capital, já que se tratavam de pessoas que não possuíam bens para ofertarem como garantia.

Pode-se citar o caso trazido por Singer (2002, p. 80), em que as garantias reais eram substituídas pelo instituto do aval solidário, quando ele fala: “Outro ponto metodológico (para superar as resistências de maridos e autoridades) foi substituir a garantia real (inexistente) pelo *aval solidário*: o Grameen só aceita como membros grupos de cinco mulheres, dispostas a se responsabilizar coletivamente pelos empréstimos feitos a cada uma”.

Observa-se a partir da dimensão histórica apresentada, que a solidariedade, enquanto princípio da Economia Solidária, diz respeito também ao tratamento que será dado à propriedade privada, que enquanto na Economia Tradicional trata-se de propriedade individual, neste modelo econômico tem-se de propriedade coletiva.

Autogestão

Nos empreendimentos solidários, independente da natureza jurídica adotada (associação, cooperativa, empresa, etc.), a administração se dará através da autogestão, que tem sua importância defendida por sua condição de gerar igualdade entre os pares, como defende Szul; Moura (2017, p. 3): “Compreende-se que a autogestão como princípio norteador da Economia Solidária acaba por aumentar o contexto de igualdade e democracia dentro dos empreendimentos”.

A autogestão, no cerne da Economia Solidária, trata-se de um modelo em que os trabalhadores são coproprietários, isso rompe com a sistemática da alienação, que o trabalhador apenas cumpre as ordens de superiores, sem qualquer questionamento. É neste sentido que Lefebvre (2017, p. 141) escreve sobre o papel da autogestão: “Apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação”.

Em suma, a autogestão, na economia, pode ser definida como uma metodologia de gestão, alternativa à heterogestão, com estrutura organizacional interna não-hierarquizada, fundamentada no trabalho coletivo e participação democrática dos trabalhadores. O autor José Henrique de Faria (2016, p.5) defende a autogestão como a negativa à heterogestão, ao sistema capitalista. E as autoras Silva e Silva (2014, p. 4) defendem que a autogestão funciona “não levando em conta sua estrutura interna de gestão, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos,

que garantiram sua sobrevivência e sua auto sustentação no mercado”.

A aplicabilidade desse modelo de gestão encontra dificuldades. Os trabalhadores que não foram educados para gerenciar e sim para serem gerenciados. A capacitação do trabalhador é fundamental para o sucesso da autogestão. Além da disponibilidade para tal, pois, como aponta SINGER (2002, p. 19), “O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”.

Contexto democrático e cidadão

Para entender o desenvolvimento da cidadania e da democracia na autogestão, De Faria remete à reflexão sobre com ele deve ser compreendido, ele relata que “autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos. Autogerir a economia é determinar quais são os produtos úteis à condição humana e não os que permitirão aumentar ao máximo o lucro dos proprietários.” (2017, p. 6)

No sentido da construção de uma identidade cidadã, a autogestão trabalha para manutenção de relações de produção que satisfaçam as necessidades humanas, do ponto de vista social e político, não apenas o econômico, como ocorre na economia tradicional. Neste fato reside uma vantagem da autogestão sobre a heterogestão: impele a Economia Solidária a superar efeitos sociais negativos que a Economia Tradicional cria, a exemplo da alienação.

Participação ativa e copropriedade dos trabalhadores

Os empreendimentos autogeridos tem como característica a participação ativa dos trabalhadores na administração. Na evolução histórica da Economia Social isso já é demonstrado como passo importante para o surgimento da Econômica Solidária, pois alguns empreendimentos sociais surgiram do movimento de trabalhadores para evitar a falência de empresas capitalistas, mantendo seus empregos.

Na França, o cooperativismo de produção tornou-se um elemento constante da economia. Mas, a partir de 1978, com a crise atingindo muitas empresas e o desemprego em aumento, o governo passou a oferecer subsídios para que os trabalhadores assumissem as empresas em via de fechar. Isso fez com que o número de cooperativas de produção passasse de 571 para 1.200 em cinco anos, com mais de 50 empresas transformadas em cooperativas operárias por ano. (SINGER, 2002, p. 95)

Essa característica da autogestão evidencia o compromisso da Economia Solidária com a geração de renda, isto é, tê-la como uma ferramenta para evitar a falência de empresas, e conseqüentemente o fechamento de postos de trabalho. Percebe-se com isso, que mesmo que os empreendimentos solidários valorizem a emancipação sociopolítica, eles não se dissociam do objetivo econômico.

Estrutura não-hierárquica

A organização de um empreendimento econômico solidário não se desenvolve por hierarquias ou escalonamentos, pois prevalecem os valores da igualdade e isonomia.

Para viabilizar a produção, a estrutura organizacional possui chefes de departamento ou seção, que são responsáveis por coordenar as atividades dos trabalhadores. Estes, por sua vez, figuram na base e no topo da estrutura ao mesmo tempo.

O órgão superior em uma autogestão é a assembleia geral, ocupada pela coletividade de trabalhadores. A figura 2 representa uma estrutura organizacional autogestionária.

Figura 2 - Estrutura organizacional na autogestão



Fonte: Autor.

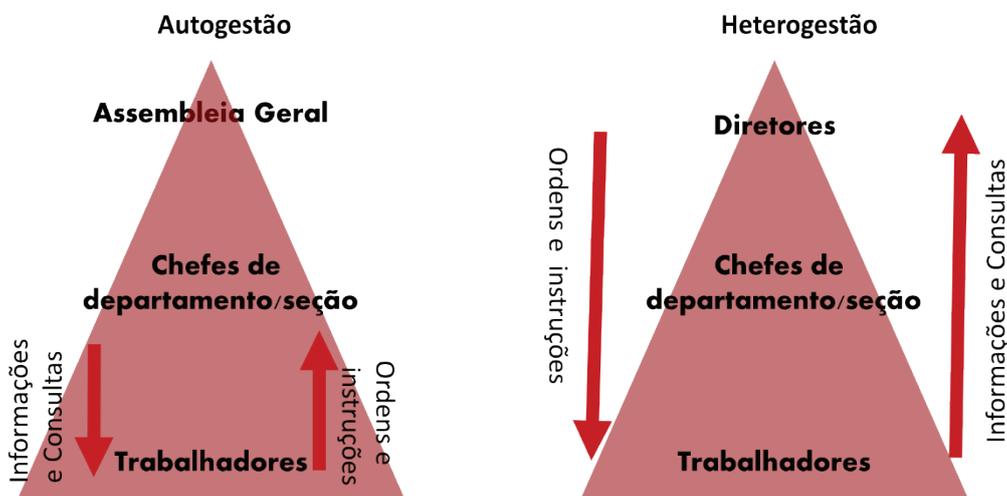
Autogestão x Heterogestão

Na hierarquia da heterogestão as ordens partem de cima para baixo, do diretor para o empregado, e este por sua vez, tem participação tímida, prestando contas e informações, apresentando relatório de seu desempenho e outros meios.

Na autogestão, o fluxo de informações é invertido, as ordens e instruções partirão dos trabalhadores, que detém o controle da produção, e os chefes de departamento terão tarefas informativas e consultivas. Na autogestão, as mudanças são provocadas de baixo para cima.

A figura 3 ilustra essas relações nos dois modelos: heterogestão e autogestão.

Figura 3 - Comparativo Autogestão x Heterogestão



Fonte: Autor.

Essa inversão no fluxo de informações confere à autogestão maior transparência da administração do empreendimento, com menos incidência de fraudes e desvios. Soma-se isto, ao fato de que nesse modelo são partilhados as responsabilidades e os direitos. Essa característica específica da autogestão se lança como fundamental para o bom funcionamento do empreendimento.

Cooperação

No âmbito da economia solidária, a cooperação diz respeito ao modo como se darão as interações sociais. Se nos empreendimentos solidários, a cooperação trata-se de valor intrínseco, na economia tradicional ela revela sua importância quando empresas a aplicam como estratégia alternativa para melhorar seu desempenho econômico (CENTENARO; LAIMER, 2017, p. 66).

Concebe-se, então, que nesse modelo de produção, as relações sociais serão regidas pela troca recíproca e não pela competitividade. Porto e Opuszka (2015, p. 431) fala que “a cooperação possui como escopo a contribuição para um processo de interação social dentre aqueles que do projeto participam, faz com que exista uma constante busca por um objetivo comum através de ações compartilhadas, pois ao final, o benefício será repartido entre todos.”

Enquanto na competitividade, a motivação das ações são os interesses e objetivos individuais, na cooperação, os sujeitos atuam como um conjunto, constituído a partir da soma das contribuições individuais, de forma coordenada, direcionadas a um objetivo comum. Essas contribuições individuais se organizam na estrutura administrativa cooperativa através da consensualidade.

É desafiador estabelecer e manter empreendimentos solidários num contexto econômico capitalista. Nesse ponto, a cooperação pode também ser utilizada como ferramenta para potencializar a competitividade do empreendimento com seus concorrentes de mercado, é o que ocorre por exemplo quando se formam redes, como defendido por alguns autores:

[...] a formação de redes de empresas e as relações sólidas que estas podem manter, poderão conferir as organizações um suporte estratégico no desenvolvimento de suas atividades, permitindo-as conquistarem a vantagem competitiva perante o mercado mundial, uma vez que, o desenvolvimento organizativo pode ser utilizado como uma forma de reestruturação produtiva do território local e também para a consequente modernização destas empresas melhorando com isso sua atuação, e tornando-a assim mais competitiva. (SILVA; SILVA, 2014, p. 10)

A criação de redes solidárias, então, com funcionamento pautado na de cooperação, torna-se indispensável para a expansão desse modelo econômico.

Democracia

Retomando explanação anterior, a Economia Solidária é o modo de produção que melhor dialoga com o social e o político. Isto ocorre porque não visa só um crescimento financeiro, mas principalmente o desenvolvimento humano, tendo a primazia, valores como a igualdade, a valorização do ser humano, satisfação das necessidades humanas, estímulo à liberdade e ao pensamento crítico. E a democracia é o princípio que instrumentaliza esses valores.

“Há de se entender que em qualquer empreendimento solidário é necessária a existência de uma condição de igualdade, onde haja direitos iguais para todos que deste modelo participam. É a democracia participativa que visa garantir esses direitos.” (PORTO; OPUSZKA, 2015, p. 432)

Os autores Da Silva Junior e Vanzella (2017, p. 106) vão além ao esclarecem a especificidade da democracia participativa, que é delineada não como o direito ao voto, delegando a terceiro o poder de decisão, mas como “um processo de articulação coletiva onde as demandas são conciliadas a partir das reflexões participativas de forma isonômica”.

A democracia desenha-se como fundamental para a economia solidária. As cooperativas de compra e venda, caracterizadas por sua finalidade de unificação de recursos para viabilizar aquisições e comercializações, como as cooperativas agrícolas, apesar de estarem no âmbito da economia social, não são consideradas como empreendimento solidário, como defende Paul Singer:

[...] o cooperativismo de compras e vendas não se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo exatamente porque não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nele. Ele preserva a divisão de classes, separando os pequenos produtores, como proprietários do capital cooperativo, dos trabalhadores que lhes prestam serviços de intermediação e de produção em troca de salários. (SINGER, 2002, p. 88)

O autor argumenta que tais cooperativas, apenas existem como o único meio de categorias profissionais resistirem ao mercado capitalista (IDEM, 2002, p. 89), e não como meio de promoção

de cidadania e democracia. Portanto, não se constituem em economia solidária.

A consequência imediata da adoção da democracia na economia solidária, em consonância com a autogestão, diz respeito a participação dos sócios e seu poder na tomada de decisões. Se na economia tradicional o peso do voto é conforme a participação societária, na Economia Solidária todos tem participação equitativa, um voto por pessoa.

[...] qualquer empreendimento solidário pautado na igualdade e solidariedade, em especial as sociedades cooperativas, é que diferentemente de qualquer outra sociedade empresarial, não é sequer levado em consideração o capital social de qualquer pessoa, haja vista todos serem considerados iguais, importando tão somente a pessoa em si, bem como no quanto ela se encontra disposta em contribuir solidariamente para o empreendimento, ou seja, no empreendimento solidário, prevalece aquilo que determinada pessoa é como ser humano e não o quanto ela tem no bolso (PORTO; OPUSZKA, 2015, p. 433)

O tratamento isonômico e igualitário dos sócios no empreendimento corrobora com o ideal de valorização do ser humano e não de sua propriedade.

Economia Solidária versus Economia Capitalista

Conhecidos os elementos da Economia Solidária, é possível designar as diferenças com a Economia Tradicional.

O sistema capitalista é o predominante nas sociedades contemporâneas, assim, a Economia Capitalista é a Economia Tradicional na maioria dos Estados. Esse modelo econômico fundamenta-se na livre concorrência e no acúmulo de capital. É apontado como um sistema que provoca profundas desigualdades sociais, por isso, duramente criticado:

A necessidade premente de uma “outra economia”, reside no fato de que convivemos numa sociedade naturalizada, cuja economia é a de mercado. Essa economia traz em seu seio a competição como elemento fundamental. A competição é um fenômeno que tendencialmente produz efeitos não muito agradáveis. Ela polariza na sociedade dois agrupamentos: os que podem dos que não podem, os que ganham e os que perdem, dentre tantas outras categorias de agrupamentos humanos polarizados. A recorrência dos fracassos individuais leva à formação de grupos de excluídos, posto que a sociedade que se almeja não comporta perdedores. (BERGONSI; STOLTZ, 2014, p. 351)

A Economia Solidária, em contraponto ao capitalismo, orienta-se pela emancipação sociopolítica do indivíduo, tem pretensão de gerar renda, de promoção e inclusão social. Isto se deve aos seus pilares, enquanto o capitalismo se rege pelo princípio da economia de mercado, “a Economia Solidária coloca a tônica na hibridação destes três princípios (mercado, reciprocidade e redistribuição)” (ALEIXO, 2014, p. 34-35).

Sob o critério de acumulação de capital *versus* desenvolvimento humano, observa-se uma das diferenças fundamentais entre os dois modelos econômicos, verificada durante a discussão sobre solidariedade: propriedade individual no capitalismo *versus* propriedade coletiva na Economia Solidária.

Enquanto a Economia Capitalista se centra na acumulação do capital, tendo por base os interesses individuais, a Economia Solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. (ALEIXO, 2014, p. 32)

Permeia diferenças, também, no modelo de gestão. Como apresentado em tópico anterior, aplica-se a heterogestão na economia tradicional, e a autogestão na economia solidária. Destaca-se

desses modelos, as diferentes concepções quanto à hierarquia, a organização, a participação dos trabalhadores, a distribuição de renda e outros.

Silva e Silva (2014, p.3) diferenciam Economia Solidária e Economia Tradicional, para as Autoras, a primeira está baseada em uma nova gestão, onde existe auto-organização e distribuição dos lucros em partes iguais aos participantes. Enquanto que a segunda é baseada na hierarquia, e visa principalmente o lucro.

Considerando as diferenças apresentadas até o momento, uma compilação mais didática da Economia Solidária versus a economia capitalista é dada na figura 4.

Figura 4:- Comparação Economia Capitalista x Economia Solidária

Crítérios	Economia capitalista	Economia solidária
Interações sociais		
Distribuição de renda		
Finalidade		
Participação democrática dos sócios		
Propriedade privada		
Relação de mercado		

Fonte: Autor

Material e Métodos

O método utilizado para atingir os objetivos proposto neste artigo é de abordagem qualitativa pois pretende estudar a evolução histórica da Economia Solidária apontando seus princípios e definições e quanto aos níveis é uma pesquisa bibliográfica e exploratória.

Richardson (1999, p.71) relata que a pesquisa qualitativa justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social que no caso estudado, trata-se da Economia Solidária.

Lima (2008, p. 48) escreve que pesquisar no âmbito bibliográfico é buscar nos livros, periódicos e demais documentos escritos, subsídios necessários para avançar na investigação de um determinado tema objeto de estudo do pesquisador.

Já a pesquisa exploratória segundo Silva (2005, p. 21) “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”. Essa escolha possibilitou um levantamento bastante abrangente de informações e dados a respeito do tema, o que corrobora o entendimento de Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), que ensinam que “a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos”.

Considerações Finais

Analisar as teorias de que a Economia Solidária decorre da economia social, seja como uma vertente, seja como uma remodelação, nos leva a conclusão de que os aspectos históricos que contribuíram para o surgimento daquela são os movimentos operários na Europa, assim como os primeiros empreendimentos cooperativistas e associativas, também na Europa, e os movimentos trabalhistas na década de 80 no Brasil. Portanto, a Economia Solidária tem suas raízes ligadas as aspirações por uma sociedade melhor, partindo da luta por melhores condições de trabalho, por uma vida pautada no desenvolvimento humano e não na acumulação de capital.

Os princípios estudados, a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a democracia, nos permitem delinear o que vem a ser a economia solidária, que tem suas vertentes conectadas à igualdade, a cidadania e a rejeição a um sistema de exploração.

Dessa forma, considerando o contexto brasileiro, os aspectos históricos, os princípios, e as concepções de autores modernos, o estudo nos permite definir a Economia Solidária como um movimento social que propõe um modo de produção autogestionário, democrático e cooperativo, alternativo à economia tradicional, que tem por finalidade o desenvolvimento econômico, social e político, em detrimento da pura acumulação de capital.

Referências

ALVES, Juliano Nunes et al. **A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, nº 2, Paper 1, Abr./Jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512016000200243&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 01 set 2018.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 29 ago 2018.

BERGONSI, Sandra Suely Soares; STOLTZ, Tania. **Economia social ou economia solidária? Sobre os fundamentos do movimento cooperativo popular no Brasil**. Cadernos Gestão Social, v. 5, n. 2, p. 356, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/339/371>. Acesso 31 ago 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil, Brasília, DF, ago 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.html. Acesso em: 30 nov 2018.

CENTENARO, Andressa; LAIMER, Claudionor Guedes. **Relações de cooperação e a competitividade no setor supermercadista**. Rev. bras. gest. neg. [online]. 2017, vol.19, n.63, pp.65-81. ISSN 1983-0807. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7819/rbgn.v0i0.3070>. Acesso: 31 ago 2018.

COLLYER, Francisco Renato Silva. **Muito além da Revolução. os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 2015, n. 4242, 11 fev 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31268> Acesso em: 29 ago. 2018.

DASILVA JÚNIOR, Gabriel Alves; VANZELLA, José Marcos Miné. **Democracia participativa, deliberação e cidadania: da Grécia aos nossos dias**. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 3, n. 2, p. 89-110, 2017. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/2539>. Acesso: 28 ago 2018.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **UFSC, Florianópolis, 4a. edição**, v. 123, 2005. Disponível em: http://www.academia.edu/download/33206387/metodologia_da_pesquisa_e_elaboracao_de_dissertacao.pdf. Acesso: 04 set 2018.

DE FARIA, José Henrique. **Autogestão, Economia Solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual**. Cadernos EBAPE. BR, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3232/323252763006.pdf>. Acesso: 29 ago 2018.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Economia Solidária, Volume, v. 4, 2002. Disponível em: <http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/economia/economia%20solidaria.pdf#page=4>. Acesso: 16 ago 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Problemas teóricos da autogestão**. GEOgraphia, Niterói, vol. 19, n. 41, 2017: set./dez. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1241>. Acesso: 02 set 2018.

LIMA, Monalita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2.ed.rev. e atualidade – São Paulo: Saraiva, 2008.

PINHEIRO, Daniel Calbino. **Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos**. Revista NAU Social, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/_index106.pdf. Acesso: 30 ago 2018.

PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão**. Revista Jurídica, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/viewFile/1429/970>. Acesso: 30 set 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Pet7RZgGMbEQfSbyLMpOHqQHVTGd-OKL/view>. Acesso: 04 set 2018.

SILVA, Adriana Sousa; SILVA, Mary Dayane Souza. **A Importância das Redes de Cooperação Solidária como Fator Competitivo em Empresas Autogestionárias**. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, João Pessoa, 2014. Anais... Joao Pessoa: 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/42120480.pdf>. Acesso: 31 ago 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf?sequence=1>. Acesso: 16 ago 2018.

SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. **Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) – Ponta Grossa/PR**. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Florianópolis, 2017. Anais... Florianópolis: 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180045>. Acesso: 02 set 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed.Atlas – São Paulo. 1999.

Recebido em 26 de setembro de 2018.
Aceito em 18 de dezembro de 2018.